DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 18625/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/1412/2017
PROTOCOLO	: 1778642
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ORDENADOR (A)	: CACILDO DAGNO PEREIRA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
INTERESSADO (A)	: ROMA TRATORES IMPLEMENTOS E PEÇAS LTDA - EPP
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO 30/2016
MODALIDADE	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016
RELATOR	: Cons. JERSON DOMINGOS
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE HORAS TÉCNICAS E/OU FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER A GERENCIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO RURAL
VALOR	: R$. 86.949,00 (OITENTA E SEIS MIL NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS)

Versam os autos sobre o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 051/2016, que originou o Ata de Registro de Preços nº 30/2016, celebrado entre Município de Santa Rita do Pardo e a empresa Roma Tratores Implementos e Peças Ltda - EPP, visando à aquisição de horas técnicas e/ou fornecimento de peças para manutenção de implementos agrícolas para atender a gerencia municipal de produção rural e o exame de sua formalização (1º, 2ª fases).

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise nº 15545/2017 (fls. 178-183), opinou pela Regularidade do procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 051/2016 e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 30/2016 (1ª fase), em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais ressalvando-se o descumprimento de prazo demonstrado no item V.

O Ministério Público de Contas, na mesma linha de entendimento, emitiu o parecer PAR – 2º PRC - 24239/2017 (fls. 664), concluindo pela **regularidade do procedimento licitatório e da formalização Ata de Registro de Preços em destaque**, nos termos do art. 120, I, combinado com 122, II, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

É o relatório

Pela análise dos documentos apresentados e diante das manifestações exaradas pela 3ICE e pelo Ministério Público de Contas, observa-se que o procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 051/2016) foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do processo administrativo nº 089/2016 e atendeu às disposições da Legislação Federal 8.666/93 e alterações e demais normas desta Corte de Contas, sendo que o prazo para publicação foi realizadas tempestivamente, cumprindo assim com o prazo estabelecido no Anexo I, Capítulo III, Seção I, itens 1.1.1 e 1.2.1, letra A, da Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14 de dezembro de 2011, todavia sua remessa ocorreu intempestivamente, pois seu prazo era de 19.12.2016 e este ocorreu em 08.02.2017, não atendendo ao estabelecido no Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 2.1.1, letra A, da Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14/12/2011.

No que concerne à formalização, verificamos que a Ata de Registro de Preços nº 30/2016, contém as cláusulas necessárias ao seu fiel cumprimento, nela constando a quantidade oferecida, os preços a serem praticados e as condições estabelecidas no ato convocatório e seus anexos, estando revestido, portanto, da regularidade exigida e atendem as disposições estabelecidas nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/2002, bem como na Instrução Normativa TC/MS n° 035/2011.

Ante o exposto, acolho o entendimento da Equipe Técnica e o parecer do Ministério Público de Contas e DECIDO:

I – Pela **REGULARIDADE** do Procedimento Licitatório Pregão Presencial nº 051/2016, atendendo as normas estabelecidas no Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.3, letra B.2, da Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14 de dezembro de 2011;

II - pela **REGULARIDADE** da formalização do Ata de Registro de Preços nº 30/2016, celebrado entre Município de Santa Rita do Pardo e a empresa

Roma Tratores Implementos e Peças Ltda. - EPP, no valor de R$. 86.949,00 (Oitenta e seis mil novecentos e quarenta e nove reais), atendendo as disposições estabelecidas nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/2002, bem como na Instrução Normativa TC/MS n° 035/2011

III - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 99 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande, MS, 13 de novembro de 2017.

Cons.Jerson Domingos

Relator

url